

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.036/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01.028/2024**

**ÓRGÃO INTERESSADO: SECRETARIA DE SAÚDE**

**AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA O HOSPITAL E MATERNIDADE AMADOR AGUIAR - HMAA**

**DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 14/05/2026, 10h**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**UASG: 450573**

**MODO DE DISPUTA: ABERTO**

**TRATAMENTO FAVORECIDO: SIM**

**EXCLUSIVO ME/EPP**

1.	DO OBJETO .....	2
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	2
3.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA NO SISTEMA COMPRASGOV .....	4
4.	DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS .....	6
5.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	6
6.	DA FASE DE JULGAMENTO .....	8
7.	DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	9
8.	DO RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO .....	14
9.	DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO .....	15
10.	DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO .....	16
11.	DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO .....	17
12.	ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	18
13.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	18
14.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	21

Este Edital, seus anexos, e o resultado do Pregão, constarão no Sistema Comprasgov, bem como do site: <http://transparencia.osasco.sp.gov.br>

Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasgov e as especificações constantes deste Edital, prevalecerá a última.

**TORNA-SE PÚBLICO QUE A SECRETARIA DE SAÚDE POR MEIO DA SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES, SEDIADA NA RUA NARCISO STURLINI, 161, CENTRO, OSASCO / SP, REALIZARÁ LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021, DECRETO MUNICIPAL Nº 13.877, DE 30 DE AGOSTO DE 2023, E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS E, AINDA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.**

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é o Aquisição de Mobiliário e Equipamentos para o Hospital e Maternidade Amador Aguiar - Hmaa conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos elementos constantes neste Edital e das condições gerais e particulares do objeto da licitação, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento das obrigações assumidas com a assinatura da **AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**.

1.2. A **quantidade total** deste processo licitatório é destinada para a participação exclusiva das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme disposto no artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/06.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. A participação na licitação, é **EXCLUSIVA** a **MICROEMPRESAS** e **EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.6.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.7. **Não poderão disputar esta licitação:**

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. Empresas suspensas temporariamente para licitar, impedidas de licitar e contratar com a **Prefeitura do Município de Osasco** ou que tenham sido declaradas **inidôneas** para licitar e contratar com a Administração Pública e não tenham sido reabilitadas;

2.7.3. Empresas reunidas em **consórcio**, qualquer que seja a forma de sua constituição, ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.7.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.7. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.8. Fica expressamente proibida a subcontratação, seja total ou parcial, do objeto da presente licitação;

2.7.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o **item 2.7.22** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. A vedação de que trata o **item 2.7.77.7** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA NO SISTEMA COMPRASGOV**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a **proposta** na forma expressa, com o **preço** conforme o **critério de julgamento** adotado neste Edital, com duas casas decimais, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante **declarará**, em **campo próprio do sistema**, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que **cumpram plenamente os requisitos de habilitação** definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. **Não emprega menor de 18 anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

3.3.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, **empregados executando trabalho degradante ou forçado**, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. Cumpre as exigências de **reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/21.

3.4. O fornecedor enquadrado como **microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa** deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.4.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame.

3.5. A falsidade da declaração de que trata os **itens 3.3 ou 3.4** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.9.1. Visando à celeridade do procedimento licitatório, ao ser convocada, o licitante deverá se manifestar no prazo estabelecido pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação.

3.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**3.11. Do Preenchimento da Proposta:**

3.11.1. As propostas deverão ser preenchidas de acordo com o **Anexo II**;

3.11.2. A Proponente deverá ofertar seu preço unitário, expresso em reais, obrigatoriamente com 02 (duas) casas após a vírgula;

3.11.3. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação;

3.11.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.11.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

3.11.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;

3.11.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação;

3.11.8. Considerando que o licitante já declarou que sua proposta está de acordo com as condições do Edital, a descrição do produto será examinada de forma objetiva, na fase de aceitação.

#### 4. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

4.1.1. As respostas de impugnações ou aos pedidos de esclarecimentos, serão divulgados no Sistema Comprasgov e Portal da Prefeitura de Osasco <https://transparencia.osasco.sp.gov.br>, para visualização dos interessados, no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior a data da abertura do certame;

4.1.2. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados por forma eletrônica, por meio do endereço eletrônico [secol@osasco.sp.gov.br](mailto:secol@osasco.sp.gov.br), no horário oficial de Brasília, nos dias úteis, **até às 17 horas**;

4.1.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

4.1.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

4.1.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.1.1. Será **desclassificada** a proposta que identifique o licitante.

5.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.1.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR TOTAL DO ITEM**.

5.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.7. O **intervalo mínimo** de diferença de **valores entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá **ser de 0,5% (zero vírgula cinco por cento)**.

5.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.9. O procedimento seguirá de acordo com o **Modo de disputa ABERTO**.

5.10. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública;

5.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

5.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação;

5.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação a proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações;

5.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).



5.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#) e [art. 69 do Decreto Municipal 13.877, de 2023](#).

5.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

5.18.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no **item 2.8** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Prefeitura de Osasco - <http://transparencia.osasco.sp.gov.br>;

c) TCU / Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica - <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>;

d) Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP - <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-na-relacao-de-apenados>;

e) [SIT – Certidões – Ministério do Trabalho e Emprego](https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/) - <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/>.

6.2. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.3. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e a compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.4. O órgão ou entidade promotora da licitação poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, com as especificações definidas no Termo de Referência.

6.5. **Não serão aceitas propostas com o valor unitário superior ao estimado,** conforme **item 2 do Termo de Referência – ANEXO I.**

6.6. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**



- 6.6.1. Contiver vícios insanáveis;
- 6.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do produto ou da área especializada no objeto.

#### 6.9. DO ENVIO DA PROPOSTA READEQUADA

6.9.1. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a **proposta adequada** ao último lance ofertado após a negociação realizada, **juntamente com um catálogo, ficha técnica ou documento equivalente de cada item almejado** a fim de que os itens se encontrem em concordâncias com as especificações do Termo de Referência – Anexo I.

6.9.2. O Catálogo, Ficha Técnica ou documento equivalente será analisado por equipe técnica, composta pelos seguintes servidores:

**Mayla Pereira Dono** – Matrícula nº 174.240 – Secretaria de Saúde;

**Renata Dutra Jorge** – Matrícula nº 195.381 – Secretaria de Saúde;

**Jorge Luís Pontes Namen** – Matrícula nº 91.088 – Secretaria de Saúde.

6.9.3. Na **impossibilidade** de anexar no sistema COMPRASGOV, deverá encaminhar a proposta adequada ao último lance ofertado, e os documentos mencionados, no endereço eletrônico [secol@osasco.sp.gov.br](mailto:secol@osasco.sp.gov.br);

6.9.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.9.5. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

#### 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 13.877, de 2023.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, será verificada junto ao **SICAF**, nos termos do art. 117 do Decreto Municipal nº 13.877, de 2023:

7.1.2. Caso os dados e informações constantes do SICAF não atendam aos requisitos exigidos no **item 7.15** deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada.

7.2. Na hipótese da participação de **empresas estrangeiras** que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser **empresa estrangeira** que não funcione no País, para fins de assinatura da autorização de fornecimento, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que **atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que **cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.5. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

7.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação;

7.8.1. Os **documentos exigidos para habilitação** que **não estejam contemplados no Sicaf** serão **enviados por meio do sistema**, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contadas da solicitação do pregoeiro.

7.9. A **verificação no Sicaf** ou a exigência dos **documentos** nele não contidos somente será feita em relação ao **licitante vencedor**, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento (Art. 63, II da Lei Federal 14.133/2021).

7.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência;

7.10.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes a época da abertura do certame;

7.10.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.11. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 7.8.1** deste edital.

7.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

#### 7.14. **DAS COOPERATIVAS**

7.14.1. Será exigida a seguinte documentação complementar:

7.14.2. Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei nº 5.764/1971;

7.14.3. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

7.14.4. O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

7.14.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

7.14.6. Os seguintes documentos para a comprovação da **REGULARIDADE JURÍDICA DA COOPERATIVA**:

a) Ata de fundação;

- b) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e
- g) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

#### 7.15. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

##### 7.15.1. **Habilitação jurídica:**

- 7.15.1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária);
- 7.15.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- 7.15.1.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- 7.15.1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 7.15.1.5. Se Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, essa condição deverá estar demonstrada na documentação apresentada;
- 7.15.1.6. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 7.15.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

##### 7.15.2. **Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- 7.15.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ** ou no Cadastro de **Pessoas Físicas**, conforme o caso.
- 7.15.2.2. Prova de **inscrição no cadastro** de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 7.15.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral

da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à **Dívida Ativa da União** (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.15.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

a) No caso da licitante ter domicílio ou **sede no Estado de São Paulo**, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE nº 02, ou a que suceder.

7.15.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda **Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa aos tributos mobiliários;

7.15.2.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.15.2.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.15.2.8. Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, através de Certificado de Regularidade do **FGTS** – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal.

7.15.2.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**) nos termos da Lei nº 12.440/2011.

7.15.2.10. As provas de regularidade deverão ser feitas por **Certidão Negativa** ou **Certidão Positiva com efeitos de Negativa**. As Certidões poderão ser obtidas através de Sistema Eletrônico junto a Internet, ficando a aceitação condicionada à confirmação de sua validade por parte da Comissão.

#### 7.15.3. **Qualificação Econômico-Financeira:**

7.15.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta dias) **dias** da data de abertura do certame;

#### 7.15.4. **Documentação Complementar:**

7.15.4.1. Declaração subscrita por Representante Legal do licitante, elaboradas em papel timbrado conforme modelo – **ANEXO III** atestando que:

a) **Declaração firmada pelo Representante Legal da Empresa, sob as penas da Lei, de que**, no ano-calendário de realização da licitação, os contratos celebrados com a Administração Pública, cujos valores somados não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.15.5. O Licitante que apresentar **declaração** falsa exigida para o certame, e ensejar o retardamento da licitação, estará sujeito à aplicação das **penalidades** previstas no Decreto Municipal nº 13.877/23, e poderá ficar impedido de licitar e contratar com a Administração Pública.

## **8. DO RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

8.1. Finalizada as fases de Julgamento das propostas, bem como a habilitação, o sistema abre automaticamente prazo para registro de intenção de recurso, cabendo ao pregoeiro estabelecer o prazo de encerramento de intenção de recurso.

8.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, a habilitação ou inabilitação de licitantes, a anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21 e seguirão os seguintes termos:

8.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.2.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**;

8.2.3. O prazo para apresentação das razões recursais será de **3 (três) dias úteis**, contados da data de convocação ou de lavratura do termo de julgamento;

8.2.4. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis a defesa de seus interesses;

8.2.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento dos autos;

8.2.6. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema;

8.2.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão reconhecidos;

8.2.8. Os recursos e os pedidos de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

8.2.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.3. A falta de manifestação da licitante no prazo estabelecido acarretará a decadência do direito de recurso, submetendo a adjudicação.

8.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Secretaria Executiva de Compras e Licitações – SECOL, Rua Narciso Sturlini, nº 161 - Centro - OSASCO / SP, em dias úteis, no horário das 09 às 12 horas e das 14 às 16 horas.

8.5. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidas exclusivamente por meio eletrônico, no sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).



8.6. Constatando-se o atendimento das exigências fixadas no Edital, o processo licitatório será encaminhado nos termos do Decreto Municipal nº 13.877/23, bem como, da Lei Federal 14.133/21 à autoridade competente que procederá a adjudicação e Homologação.

## 9. DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

9.1. O fornecimento decorrente desta licitação será formalizado mediante **Autorização de Fornecimento**, da qual farão parte integrante, como se transcritos fossem, o Edital, seus anexos, a proposta e demais documentos apresentados pela licitante vencedora, a ser assinado pela adjudicatária no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contados da data da convocação, podendo ser prorrogado uma vez por igual período a critério da Municipalidade, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.2. A Autorização de Fornecimento deverão ser assinadas por representante legal, diretor ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e, respectivamente, de procuração ou contrato social acompanhado de cédula de identidade.

9.3. Na assinatura da **autorização de fornecimento** será exigida a **comprovação da regularidade fiscal**, ou constatada por meio de consulta, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas através da Autorização de Fornecimento, celebrada entre a Prefeitura do Município de Osasco, por intermédio da Secretaria Executiva de Compras e Licitações - SECOL, e a licitante vencedora, que observará os termos da Lei nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 13.877/23, do Edital e demais normas pertinentes.

9.5. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar a autorização de fornecimento, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a autorização de fornecimento, sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o capítulo X, do Decreto nº 13.877/23.

9.6. A Administração encaminhar por **e-mail** a autorização de fornecimento, com confirmação de leitura, tendo a Contratada o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a partir da confirmação de leitura do e-mail, para devolver via e-mail com a ASSINATURA DIGITAL ou enviar pelos CORREIOS o ORIGINAL ASSINADO. Esclarecemos que não serão aceitas Autorizações de Fornecimentos escaneadas por e-mail.

9.7. O prazo do item acima, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela CONTRATADA durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração.

9.8. Este edital e todos os demais documentos que compõem seus anexos farão parte integrante da Autorização de fornecimento, como se nele estivesse escrito.

9.9. **Da gestão e fiscalização do Contrato:**



9.9.1. O contrato ficará sob o regime de atribuições administrativas e a função de administrar, desde sua concepção até a finalização pelos gestores, titular **Arnaldo Luiz Barboza – matrícula: 187.817**, e nos seus afastamentos e impedimentos legais o suplente **Cesar Viola de Castro – Matrícula: 304.392**, todos da Secretaria de Saúde do Município de Osasco, nos Termos do art. 3º, LXII, do Decreto Municipal nº 13.877, de 30 de agosto de 2023.

9.9.2. No momento da assinatura da ordem de fornecimento, a Contratada deverá qualificar um funcionário que ficará disponível para atender às solicitações da Prefeitura do Município de Osasco.

## **10. DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

10.1. **Prazo de Entrega:** O objeto desta licitação deverá ser entregue em até **30 (trinta) dias corridos**, contados da data da assinatura/retirada da **Autorização de Fornecimento** pela Contratada.

10.2. **Locais de entrega:** O objeto solicitado deverá ser entregue, no endereço Rua Amador Bueno, 871 – Jd. Piratininga - Osasco/SP, de segunda a sexta-feira, das 9h às 16h, em dias úteis, mediante agendamento prévio pelo telefone (11) 3686-6835 com Sr. Ulisses – E-Mail [almoxarifadopmo@gmail.com](mailto:almoxarifadopmo@gmail.com), sem ônus para a Prefeitura, no prazo indicado no **item 10.1**.

10.3. Por ocasião da entrega, a Contratada, deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número de Registro Geral (RG) emitido pela Secretaria de Segurança Pública, do servidor da contratante responsável pelo recebimento.

10.4. Correrão por conta da Contratada as despesas no que diz respeito a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento e pela entrega do produto, devendo a Contratada enviar a quantidade necessária de pessoas para que a entrega ocorra sem prejuízo das atividades normais da **Administração**.

10.5. A Contratada é responsável pelo transporte e entrega do produto no endereço indicado pela Prefeitura, bem como por qualquer prejuízo por ela causado.

10.6. Os objetos serão **recebidos provisoriamente em até 10 (dez) dias corridos**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.7. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser **substituídos** no prazo de 20 (vinte) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.8. O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação mediante termo detalhado.

10.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos objetos nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado no prazo de **29** (vinte e nove) **dias corridos** para fins de liquidação, contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela Unidade Requisitante.

11.2. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da Contratada, após a entrega dos produtos, com a verificação de conformidade com o solicitado.

11.3. A PMO pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela Contratada.

11.4. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e proposta de preço, não se admitindo notas fiscais emitidas com outro CNPJ, ainda que seja de filial ou da matriz.

11.5. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal e/ou Fatura número da Autorização de Fornecimento, número do processo administrativo, número do pregão eletrônico, o preço unitário e o preço total do produto, indicando o número da conta corrente, banco, e a agência com qual opera, sob pena de retenção de pagamento

11.6. Havendo erro na(s) Nota(s) Fiscal (is) de Serviços/Fatura(s) ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela(s) será (ao) devolvida(s) e o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

11.7. Na hipótese acima, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou reapresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) de Serviço(s)/Fatura(s), não acarretando qualquer ônus para a PMO.

11.8. Durante a vigência da autorização de fornecimento, a Contratada deverá manter sua regularidade fiscal.

11.9. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.12. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.14. Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a **CONTRATADA** terá direito à aplicação de compensação financeira.

11.14.1. Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o item acima, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% "pro-rata tempore"), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.

11.14.2. O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pela **CONTRATADA**.

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. Os recursos orçamentários necessários para atender às despesas decorrentes deste Pregão:

A contratação será atendida pela seguinte dotação: nº 10.302.0015.1.002.1467.4.4.90.52.00.05.800.019

## **13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, e do capítulo X, do Decreto Municipal nº 13.877/2023 o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

13.1.2.4. Deixar de apresentar amostra, quando solicitada;

13.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.5. Fraudar a licitação.

13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

13.1.9. Deixar de cumprir total ou parcialmente o ajuste.

13.2. Com fulcro no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. Advertência;

13.2.2. Multa;

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de **0,5% a 30%** incidente **sobre o valor do contrato** licitado, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos **itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3**, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos **itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8**, a multa será de **15% a 30%** do **valor do contrato** licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contados da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos **itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos **itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos **itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no **item 13.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contados da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contados da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contados do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contados do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.6. Os interessados devem estar cientes do inteiro teor da Lei n.º 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados" ou "LGPD") e obrigam-se a observar e respeitar o dever de proteção de Dados Pessoais, inclusive nos meios digitais, no que diz respeito ao adequado Tratamento de tais dados, devendo ainda, se comprometer a cumprir todas as condições e obrigações dispostas na referida LGPD e demais leis aplicáveis.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as regras deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Comprasgov, endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>, e Portal da Transparência da Prefeitura de Osasco, endereço: <https://transparencia.osasco.sp.gov.br>.

14.11. Esta Licitação poderá ser revogada pela autoridade competente em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

14.12. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

14.13. É facultado ao (à) Pregoeiro (a) ou à Autoridade Competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

14.14. O Foro para solucionar os possíveis litígios que decorrerem deste procedimento licitatório será o da Comarca de Osasco.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I** – Termo de Referência;

**ANEXO II** – Modelo de Proposta de Preços;

**ANEXO III** – Modelo de Declaração para Atendimento ao Art. 4º da Lei Federal 14.133/2021;

**ANEXO IV** - Conforme Art. 34, § 1º, inciso V, do Decreto Municipal 13.877/2023. – Reserva Orçamentária.

Osasco, 27 de abril de 2026.

**Fernando Machado Oliveira**

-Secretário de Saúde-



**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

1.1. Aquisição de mobiliário e equipamentos para o Hospital e Maternidade Amador Aguiar – HMAA.

**2. ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES**

2.1. Aquisição de materiais permanentes e equipamentos hospitalares, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**2.2. Especificações**

ITEM	Especificação	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	<b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>  <b>APARELHO DE AR-CONDICIONADO 9.000 BTU</b> – Aparelho de ar-condicionado do tipo split, com capacidade de refrigeração de 9.000 BTU, operação frio, destinado ao atendimento de ambientes compatíveis com sua capacidade térmica. Equipado com tecnologia inverter, proporcionando maior eficiência energética e operação com menor nível de ruído. Possui controle remoto sem fio com todas as funções operacionais, ajuste automático do fluxo de ar, oscilação horizontal, função de desumidificação, temporizador programável e sistema de controle eletrônico de fácil visualização. Deverá operar em tensão de 220 V, compatível com as instalações elétricas existentes. O equipamento deverá atender às normas e regulamentações vigentes, inclusive quanto à eficiência energética e fluido refrigerante, e possuir certificado do INMETRO, quando aplicável. O produto deverá possuir garantia do fabricante.	3	1.824,44	5.473,32
2	<b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>  <b>ARMÁRIO 02 PORTAS</b> – Armário alto fechado, com duas portas de abrir, dotado de sistema de fechamento com chave, contendo três prateleiras internas. Estrutura confeccionada em MDF, revestida em laminado melamínico ou material de acabamento tecnicamente equivalente, resistente ao uso contínuo e à higienização, em cor neutra clara. Tampo, corpo e prateleiras em MDF revestido, adequado à finalidade de armazenamento. Base em estrutura metálica confeccionada em aço estrutural, com tratamento anticorrosivo e revestimento protetivo adequado, garantindo resistência à oxidação e durabilidade do conjunto. Puxadores confeccionados em	2	1069,75	2.139,50

	material metálico resistente, de formato ergonômico. Sistema de nivelamento por meio de dispositivo ajustável. Dimensões aproximadas ou mínimas compatíveis com 80 cm de largura, 50 cm de profundidade e 160 cm de altura. O produto deverá ser acompanhado de manual de montagem e possuir garantia do fabricante.			
3	<p><b>EXCLUSIVO ME/EPP</b></p> <p><b>ARQUIVO DE AÇO COM 4 GAVETAS</b> – Arquivo confeccionado em estrutura metálica, produzido em chapa de aço ou material metálico equivalente, com tratamento anticorrosivo e revestimento protetivo adequado, garantindo resistência à oxidação e durabilidade do produto. Dimensões aproximadas ou mínimas compatíveis com 1,33 m de altura, 0,47 m de largura e 0,68 m de profundidade, dotado de sapatas ou dispositivos niveladores. Possui quatro gavetas deslizantes, providas de sistema de deslizamento suave, com puxadores ergonômicos e porta-etiquetas. Capacidade de carga compatível com, no mínimo, 25 kg por gaveta. Sistema de fechamento central com fechadura, acompanhado de chaves. O produto deverá possuir garantia do fabricante, nos termos da legislação aplicável.</p>	2	765,00	1.530,00
4	<p><b>EXCLUSIVO ME/EPP</b></p> <p><b>BALDE / LIXEIRA</b> – Lixeira destinada ao acondicionamento de resíduos, confeccionada em aço inoxidável, polipropileno ou material equivalente, resistente e de fácil higienização. Possui capacidade aproximada entre 15 e 20 litros. Dimensões aproximadas compatíveis com cerca de 30 cm de largura, 33 cm de comprimento e 44 cm de altura. Estrutura adequada ao uso contínuo em ambientes institucionais ou assistenciais.</p>	2	83,30	166,60
5	<p><b>EXCLUSIVO ME/EPP</b></p> <p><b>BALDE A PEDAL</b> – Balde para acondicionamento de resíduos, confeccionado em aço inoxidável, polipropileno ou material equivalente, resistente e lavável, dotado de tampa com abertura acionada por pedal, permitindo o manuseio sem contato manual. Possui suporte interno para fixação de saco de lixo. Capacidade mínima 30 litros. Dimensões aproximadas compatíveis com cerca de 44 cm de largura, 37 cm de comprimento e 71 cm de altura. Estrutura adequada ao uso</p>	5	328,27	1.641,35

	contínuo em ambientes institucionais ou assistenciais.			
6	<p><b>EXCLUSIVO ME/EPP</b></p> <p><b>BANHO-MARIA</b> – Equipamento destinado ao aquecimento controlado de leite humano e fórmula infantil, adequado ao uso hospitalar e laboratorial, capaz de manter a temperatura próxima à fisiológica, em faixa compatível com 36 °C, com ajuste e controle seguro da temperatura. Possui estrutura monobloco confeccionada em aço inoxidável ou material equivalente, resistente à higienização, com cuba termicamente isolada. Equipado com sistema eletrônico de controle de temperatura com indicação digital, assegurando estabilidade térmica adequada ao uso pretendido, bem como sistema de circulação ou homogeneização da água, garantindo aquecimento uniforme. Dotado de sistema de proteção contra funcionamento na ausência de água e dispositivo para drenagem da cuba. Capacidade mínima compatível com até 7 litros de água, apta ao aquecimento simultâneo de frascos tipo mamadeira. Potência compatível com o funcionamento do equipamento, devendo operar em tensão de 220 V ou bivolt, considerando as instalações elétricas existentes. Dimensões externas e da cuba compatíveis com a capacidade especificada. O equipamento deverá possuir registro vigente na ANVISA, bem como o fabricante deverá possuir Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE. O produto deverá possuir garantia do fabricante.</p>	1	2.362,00	2.362,00
7	<p><b>EXCLUSIVO ME/EPP</b></p> <p><b>BANHO-MARIA PARA LACTÁRIO</b> – Equipamento destinado ao descongelamento e aquecimento controlado de leite humano, apropriado para uso em lactário e ambiente hospitalar, projetado para promover aquecimento rápido, seguro e uniforme, com controle preciso de temperatura em faixa compatível com até 40 °C. Possui estrutura monobloco confeccionada em aço inoxidável ou material equivalente, resistente à corrosão e à higienização, com cuba termicamente isolada e cantos arredondados, facilitando a limpeza e assegurando condições sanitárias adequadas. Equipado com sistema eletrônico de controle de temperatura com indicação digital, garantindo estabilidade térmica compatível com o uso pretendido, bem como sistema de circulação ou homogeneização da água, proporcionando distribuição uniforme</p>	1	32.796,00	32.796,00



	do calor. Dispõe de sistema de drenagem da água com saída inferior na cuba e descarga lateral. Capacidade mínima compatível com até 15 litros de água, adequada ao descongelamento simultâneo de frascos de leite humano. Potência compatível com o funcionamento do equipamento, devendo operar em tensão de 220 V ou bivolt, considerando as instalações elétricas existentes. Dimensões externas aproximadas compatíveis com 375 mm de altura, 450 mm de profundidade e 450 mm de largura, e dimensões internas da cuba compatíveis com 240 mm de altura, 250 mm de profundidade e 400 mm de largura. O equipamento deverá possuir registro vigente na ANVISA, bem como o fabricante deverá possuir Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE. O produto deverá possuir garantia do fabricante			
8	<b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>  <b>BANQUETA</b> – Banqueta giratória destinada ao uso hospitalar ou laboratorial, confeccionada em estrutura metálica resistente, como aço inoxidável, aço cromado ou material equivalente, adequada à higienização frequente. Possui assento estofado, revestido em material sintético lavável e resistente, como courvin ou similar. Equipamento com sistema de regulação de altura, proporcionando ajuste adequado ao usuário. Assento com diâmetro mínimo aproximado de 30 cm e altura mínima aproximada do assento em torno de 45 cm. Estrutura resistente, adequada ao uso contínuo por usuários adultos, conforme capacidade indicada pelo fabricante. O produto deverá possuir garantia do fabricante.	3	498,00	1.494,00
9	<b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>  <b>BERÇO PARA RECÉM-NASCIDO</b> – Berço hospitalar destinado ao alojamento e transporte de recém-nascidos, com estrutura confeccionada em material metálico resistente, dotada de tratamento anticorrosivo e acabamento adequado ao uso hospitalar, permitindo higienização frequente. Possui base móvel apoiada sobre rodízios giratórios, sendo no mínimo dois com sistema de travamento, garantindo segurança e estabilidade. Deverá dispor de prateleira confeccionada em aço inoxidável, resistente à corrosão, de fácil higienização. Leito do tipo cesto confeccionado em acrílico transparente, removível, com cantos arredondados, facilitando a limpeza e	2	1.134,42	2.268,84

	desinfecção, provido de aba perimetral que permita empunhadura segura e adequada contenção do recém-nascido. Dimensões aproximadas do cesto compatíveis com 70 cm x 40 cm (+/- 5%), com altura das paredes laterais para contenção do paciente em torno de 25 cm (+/- 5%). Deve permitir a posição horizontal do leito, com possibilidade de leve inclinação da região da cabeceira, quando aplicável, dotada de trava de segurança, bem como ajuste de altura do leito de forma contínua e suave. Deve acompanhar colchão em espuma, revestido em material plástico antialérgico e atóxico, com espessura mínima de 2 cm e características físicas compatíveis com o uso hospitalar neonatal, assegurando conforto, sustentação e segurança ao recém-nascido. O equipamento deverá possuir registro vigente na ANVISA, assim como o fabricante deverá possuir Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE. O produto deverá possuir garantia do fabricante.			
10	<p><b>EXCLUSIVO ME/EPP</b></p> <p><b>BOMBA ELÉTRICA PARA SUCÇÃO DE LEITE</b> – Bomba extratora de leite humano com acionamento elétrico bivolt, profissional para uso hospitalar. Com possibilidade de uso prolongado diário, projetado para várias extrações diárias para atender a demanda de retirada de leite humano na unidade do Banco de Leite. Com sistema de proteção contra transbordamento de leite, ajuste de velocidade de extração com pelo menos 60 ciclos por minuto. Resistente a esterilização hospitalar por autoclave. Com possibilidade de uso ininterrupto. Acompanha: 01 extrator, 01 Copa para seios, 01 frasco de no mínimo 110ml com tampa, produto livre de bisfenol – A (BPA), 01 fonte de alimentação, kit de extração duplo e controle de sucção independente das mamas. 127 volts ou Bivolt (127 /220 V). Possuir Registro na ANVISA e Autorização de Funcionamento de Empresa-AFE emitida pela ANVISA. Garantia do Fabricante.</p>	3	21.467,00	64.401,00
11	<p><b>EXCLUSIVO ME/EPP</b></p> <p><b>CADEIRA FIXA PARA ESCRITÓRIO</b> – Cadeira fixa para uso em ambiente administrativo ou de escritório, com assento e encosto estofados, revestidos em material adequado ao uso contínuo, na cor preta. Encosto com dimensões aproximadas de 40 cm de altura por 45 cm de largura e</p>	3	215,56	646,68

	assento com dimensões aproximadas de 47 cm por 47 cm. Estrutura composta por base com pés tubulares confeccionados em material metálico resistente, dotada de tratamento anticorrosivo e acabamento adequado, mantendo o assento a uma altura mínima de 45 cm do piso e suportando carga mínima de 100 kg. O produto deverá atender à Norma ABNT NBR 13962:2006 ou norma que a substitua, bem como possuir garantia do fabricante.			
12	<p><b>EXCLUSIVO ME/EPP</b></p> <p><b>CAIXA TÉRMICA</b> – Em Poliuretano mínimo 50 com tampa e completa vedação da caixa. Adequada para uso hospitalar e laboratorial, transporte de vacinas/medicamentos, paredes externas em polietileno de alta densidade com textura, parede interna em poliestireno liso, internamente revestida com material isotérmico do tipo poliuretano, inclusive na tampa. Com termômetro digital de mínima e máxima resistente a água acoplada, que indica externamente a temperatura interna, sem a necessidade de abrir a caixa. Com alça para transporte e rodízios para transporte. Capacidade mínima 50 litros. Garantia do Fabricante.</p>	5	892,46	4.462,30
13	<p><b>EXCLUSIVO ME/EPP</b></p> <p><b>DEIONIZADOR</b> – Sistema: Deionizador de água pressurizado Vazão nominal: 50 a 100 litros/hora; Produção total estimada: até 1.900 litros (variável conforme qualidade da água de entrada); Carcaça: Confeccionada em plástico PVC resistente; Coluna deionizadora: Compatível com vazão de 50 ou 100 L/h; Volume de resina mista: mínimo de 10 litros; Sistema de proteção: Dispositivo de segurança contra vazamento de resina em qualquer condição de operação; Condutividade: 0,7 a 4,0 µS/cm (com alarme ótico); Resistividade: 1,5 a 0,3 MΩ/cm; PH: variável entre 5 e 9; Sólidos totais dissolvidos (TDS): máximo de 1 ppm, Pressão máxima de trabalho: 3,5 kgf/cm²; Entrada de água: conexão com mangueira de ½"; Saída de água: torneira de ½"; Seleção de voltagem: 127 ou bivolt (127 / 220V); Condutímetro acoplado com alarme visual para monitoramento da qualidade da água; Sistema de fácil substituição da resina. Garantia do fabricante.</p>	1	1.807,00	1.807,00



14	<b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>  <b>DESTILADOR DE ÁGUA</b> – Com Rendimento de 5 Litros Hora, Automático; Estrutura Em Latão Estanhado e Aço Inox; Com Proteção de Resistencia Tubular Blindado, partes Em Contato C/ Cúpula de Vidro Borossilicato; Alimentação: 127 volts ou Bivolt (127 /220 V); Potencia Até 4000w; Com Suporte para Fixação Na Parede, regulagem de Nível, Lâmpada Piloto Indicação do Aquecimento; Dimensões: 550 x 440 x 280 Mm (lxpxa) Aproximadamente; Inclui: Manual de Operação e Conforme a Norma Abnt Nbr 10656:1989. Garantia do Fabricante.	1	2.174,68	2.174,68
15	<b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>  <b>ESCADA COM 2 DEGRAUS PARA USO HOSPITALAR</b> – Escada fixa com dois degraus, destinada ao apoio e acesso do usuário em ambiente hospitalar, confeccionada em material metálico resistente, adequada ao uso contínuo e à higienização frequente. Degraus fixos providos de revestimento antiderrapante, garantindo segurança durante a utilização. Estrutura dimensionada para suportar carga mínima de 130 kg. O produto deverá possuir garantia do fabricante.	3	257,75	773,25
16	<b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>  <b>ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO</b> – Aparelho de pressão arterial aneroide para uso hospitalar, indicado para medição não invasiva da pressão arterial em pacientes adultos. Equipamento composto por manômetro mecânico aneroide, com escala graduada de fácil leitura e faixa de medição compatível com a prática clínica hospitalar, montado em pedestal com rodízios, garantindo mobilidade e estabilidade durante o uso. Acompanha braçadeira tamanho adulto, confeccionada em material resistente e antialérgico, com sistema de fechamento por velcro ou equivalente, mangueira flexível e pera insufladora com válvula reguladora de ar. Estrutura do pedestal confeccionada em material resistente, adequada ao uso contínuo em ambiente hospitalar. O equipamento deverá possuir homologação pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, bem como registro vigente na ANVISA, e o fabricante deverá possuir Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE. O	3	264,66	793,98



	produto deverá possuir garantia do fabricante.			
17	<p><b>EXCLUSIVO ME/EPP</b></p> <p><b>ESFIGMOMANÔMETRO OBESO</b> – Aparelho de pressão arterial aneróide para uso hospitalar, indicado para medição não invasiva da pressão arterial em pacientes obesos. Equipamento composto por manômetro mecânico do tipo aneróide, com escala graduada de fácil leitura e faixa de medição compatível com a prática clínica hospitalar, montado em pedestal com rodízios, proporcionando mobilidade e estabilidade durante o uso. Acompanha braçadeira específica para paciente obeso, confeccionada em material resistente e antialérgico, com circunferência adequada para uso de paciente obeso, dotada de sistema de fechamento por velcro ou equivalente, mangueira flexível e pera insufladora com válvula reguladora de ar. Estrutura do pedestal confeccionada em material resistente, adequada ao uso contínuo em ambiente hospitalar. O equipamento deverá possuir homologação do INMETRO, registro vigente na ANVISA, e o fabricante deverá possuir Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE. O produto deverá possuir garantia do fabricante.</p>	2	236,62	473,24
18	<p><b>EXCLUSIVO ME/EPP</b></p> <p><b>FREEZER LABORATORIAL</b> – Freezer vertical destinado ao armazenamento e congelamento de materiais, adequado ao uso laboratorial, inclusive para Banco de Leite Humano, com capacidade mínima de 246 litros. Equipamento dotado de sistema de controle de temperatura externo, permitindo ajuste e monitoramento adequado da faixa de congelamento, bem como compartimentos internos apropriados ao acondicionamento seguro do material armazenado, por meio de cestos, gavetas ou dispositivos equivalentes, removíveis e com sistema de segurança. Estrutura compatível com uso contínuo e higienização frequente. O equipamento deverá operar em tensão bivolt (127/220 V). Deverá possuir certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, bem como registro vigente na ANVISA, e o fabricante deverá possuir Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE. O produto deverá ser</p>	3	20.788,00	62.364,00

	acompanhado de manual de instruções e possuir garantia do fabricante.			
19	<p><b>EXCLUSIVO ME/EPP</b></p> <p><b>LAVADORA DE PIPETAS</b> – Equipamento destinado à lavagem de pipetas em ambiente laboratorial, confeccionado em material plástico resistente, como PVC ou equivalente, inerte à ação de agentes químicos e soluções corrosivas comumente utilizadas em laboratório. Conjunto composto por quatro peças, incluindo dois depósitos para solução de limpeza com dimensões aproximadas de 15 cm x 60 cm, um cesto perfurado para acondicionamento de pipetas contaminadas com dimensões aproximadas de 12,5 cm x 65 cm, e um depósito sifonado para lavagem com dimensões aproximadas de 15 cm x 71 cm. Estrutura de fácil limpeza, adequada ao uso contínuo e compatível com diferentes tamanhos de pipetas. O produto deverá possuir garantia do fabricante</p>	2	801,00	1.602,00
20	<p><b>EXCLUSIVO ME/EPP</b></p> <p><b>LONGARINA COM 03 LUGARES</b> – Longarina destinada ao uso em ambiente institucional ou de espera, composta por três assentos tipo concha, confeccionados em material resistente, como polipropileno, plástico técnico, madeira tratada, material sintético ou equivalente, com ou sem estofamento, desde que adequado ao uso contínuo e à higienização. Estrutura confeccionada em material metálico resistente, garantindo estabilidade, durabilidade e segurança durante a utilização, com acabamento adequado. Dimensões compatíveis com três lugares, adequadas ao uso pretendido. O produto deverá atender à Norma ABNT NBR 13962:2006 ou norma que a substitua, bem como possuir garantia do fabricante.</p>	1	766,33	766,33
21	<p><b>EXCLUSIVO ME/EPP</b></p> <p><b>MESA AUXILIAR HOSPITALAR</b> – Mesa auxiliar destinada ao uso hospitalar, confeccionada em estrutura metálica em aço inoxidável ou material equivalente, resistente à corrosão e à higienização frequente. Possui tampo e, no mínimo, uma prateleira inferior, adequados para apoio de materiais e equipamentos. Estrutura uniforme e resistente, compatível com uso contínuo em ambiente assistencial. Dimensões aproximadas compatíveis com largura de 40 cm, comprimento de 60 cm e altura de 80 cm. O produto deverá possuir registro</p>	3	529,07	1.587,21

	vigente na ANVISA, bem como o fabricante deverá possuir Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE. O produto deverá possuir garantia do fabricante.			
22	<p><b>EXCLUSIVO ME/EPP</b></p> <p><b>MESA DE ESCRITÓRIO</b> – Mesa destinada ao uso administrativo, composta por estrutura metálica resistente, com acabamento adequado ao uso contínuo, e tampo em madeira aglomerada ou material equivalente, revestido em laminado melamínico resistente. Possui duas gavetas integradas à estrutura. Dimensões mínimas compatíveis com 1.200 mm de comprimento, 600 mm de largura e 740 mm de altura, com espessura mínima do tampo equivalente a 20 mm. Cor compatível com ambiente de escritório. O produto deverá possuir garantia do fabricante.</p>	2	643,33	1.286,66
23	<p><b>EXCLUSIVO ME/EPP</b></p> <p><b>PIPETADOR AUTOMÁTICO</b> – Equipamento destinado à aspiração e dispensação automática de líquidos em ambiente laboratorial, compatível com pipetas de volumes variados, com faixa de operação de 1 a 50 mL. Possui acionamento automático, reduzindo o esforço operacional e proporcionando maior precisão e repetibilidade nas atividades laboratoriais. Equipado com sistema eletrônico de controle com indicação digital das funções e volumes, bem como painel de comando de fácil operação. Alimentação por bateria recarregável ou equivalente, garantindo autonomia adequada ao uso contínuo. Deve possuir sistema de conexão e travamento compatível com pipetas de diferentes capacidades. Estrutura resistente, adequada ao uso rotineiro em laboratório. O produto deverá possuir garantia do fabricante.</p>	1	1.579,00	1.579,00
24	<p><b>EXCLUSIVO ME/EPP</b></p> <p><b>POLTRONA HOSPITALAR</b> – Poltrona destinada ao uso hospitalar, confeccionada em estrutura metálica resistente, em aço carbono ou material equivalente, com acabamento adequado ao uso contínuo e à higienização frequente. Possui encosto, assento, apoio para pernas e braços com estofamento anatômico, revestido em material sintético lavável e resistente, como courvin ou similar, em cor compatível com o ambiente hospitalar, com espuma de densidade mínima equivalente a D28. Braços</p>	5	1.355,72	6.778,60

	dotados de apoio adequado para administração de medicação. Sistema de reclinção acionado por alavanca lateral ou mecanismo equivalente, permitindo movimentos concomitantes do encosto e do apoio para pernas, com funcionamento suave e seguro. Estrutura projetada para proporcionar estabilidade, conforto e segurança ao usuário. O produto deverá possuir garantia do fabricante.			
25	<p><b>EXCLUSIVO ME/EPP</b></p> <p><b>RESFRIADOR RÁPIDO PARA LACTÁRIO</b> – Equipamento destinado ao resfriamento rápido de leite humano, adequado ao uso em lactário e Banco de Leite Humano, projetado para reduzir a temperatura do produto de forma uniforme, segura e controlada após o processamento. Possui capacidade compatível com até 40 litros de água, permitindo o acondicionamento simultâneo de aproximadamente 30 frascos de 300 mL ou quantidade equivalente de frascos de menor volume. Equipado com sistema de controle de temperatura, assegurando precisão e estabilidade térmica, bem como sistema de circulação ou agitação da água para homogeneização da temperatura. Estrutura confeccionada em aço inoxidável ou material equivalente, resistente à corrosão e à higienização, com cuba termicamente isolada. Alimentação elétrica compatível com o funcionamento do equipamento, devendo operar em tensão bivolt (127/220 V). O equipamento deverá ser acompanhado de manual técnico e acessórios necessários ao seu pleno funcionamento, possuir registro vigente na ANVISA, e o fabricante deverá possuir Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE. O produto deverá possuir garantia do fabricante.</p>	1	35.179,00	35.179,00
26	<p><b>EXCLUSIVO ME/EPP</b></p> <p><b>SELADORA</b> – Seladora manual destinada à selagem de embalagens para esterilização, adequada ao uso em ambiente hospitalar, laboratório ou serviços de saúde. Equipamento confeccionado em aço inoxidável ou material equivalente, resistente à corrosão e à higienização frequente. Possui controle de temperatura ajustável, garantindo selagem adequada e segura, bem como suporte para bobina de material de embalagem. Alimentação elétrica em tensão bivolt (127/220 V). O equipamento deverá possuir registro vigente na ANVISA, bem como o fabricante deverá possuir Autorização</p>	2	1.321,83	2.643,66

	de Funcionamento de Empresa – AFE. O produto deverá possuir garantia do fabricante.			
27	<b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>  <b>SUPORTE DE SORO</b> – Suporte destinado ao uso hospitalar, confeccionado em aço inoxidável ou material equivalente, resistente à corrosão e adequado à higienização frequente. Possui, no mínimo, quatro ganchos para suspensão de frascos de soro, garantindo estabilidade e segurança durante a utilização. Base móvel provida de, no mínimo, quatro rodízios, assegurando facilidade de deslocamento e adequada estabilidade. Equipamento com altura regulável por meio de dispositivo de ajuste seguro, compatível com altura mínima aproximada de 1,20 m e altura máxima aproximada de 2,15 m. O produto deverá possuir registro vigente na ANVISA, bem como o fabricante deverá possuir Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE. O produto deverá possuir garantia do fabricante.	3	528,40	1.585,20

**\*Todos os itens desta presente licitação serão destinados exclusivamente a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, estando em conformidade com o inciso I da Lei 123/2006.**

### 3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Atender à Emenda Parlamentar Federal cadastrada na plataforma InvestSUS sob proposta nº 13897329000124007, destinada à aquisição de mobiliário e equipamentos para o Hospital e Maternidade Amador Aguiar - HMAA, conforme espelho de proposta constante dos autos.

3.2. O HMAA compõe a rede municipal de atenção especializada e hospitalar, desempenhando papel essencial na assistência à urgência, emergência, maternidade, internação e cuidado neonatal, demandando mobiliário e equipamentos compatíveis com sua rotina assistencial.

3.3. É imprescindível que os ambientes hospitalares contemplados disponham de bens adequados ao acolhimento, à internação, ao conforto e à segurança de pacientes, acompanhantes e profissionais, garantindo melhores condições para a execução das atividades assistenciais.

3.4. A fim de que a unidade hospitalar possa desempenhar adequadamente seu papel assistencial, faz-se necessária a aquisição dos itens relacionados, compatíveis com os serviços de assistência obstétrica e Neonatal – Maternidade Rede Cegonha nos ambientes de: estocagem de leite cru coletado; recepção da coleta externa; arquivo de doadoras; laboratório de controle de qualidade; sala de porcionamento; sala para lactentes e acompanhantes; sala para ordenha; sala para processamento degelo, seleção, classif., reenvase, pasteur., estocagem, distrib. eliofilização; sala para recepção, registro e triagem das doadoras.

3.5. Vale ressaltar que serão utilizados os equipamentos e materiais permanentes existentes que estiverem em bom estado de funcionamento e uso. A aquisição dos itens solicitados visa compor, repor

e/ou substituir os que não estão em condições de uso, sendo fundamental para a manutenção e continuidade da assistência prestada no banco de leite e conseqüentemente na maternidade, visando um atendimento adequado à população e contribuirá muito para a satisfação da população com os serviços de saúde pública oferecidos no município, os quais têm contado sempre com o apoio do Governo, o qual tem permitido o atendimento 100% SUS a toda população do município, com total qualidade dos serviços oferecidos.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

4.1. Pretende-se contratar os itens descritos neste TR pelo menor preço por item, até o limite do preço unitário máximo estimado, observadas a qualidade, as especificações técnicas e as exigências descritas neste instrumento e no futuro Estudo Técnico Preliminar.

4.2. A solução consiste na aquisição de mobiliário e equipamentos hospitalares para estruturação do Hospital e Maternidade Amador Aguiar - HMAA, abrangendo ambientes de medicação, enfermaria de lactente e quartos de adulto, com vistas ao fortalecimento da assistência hospitalar e materno-infantil.

#### **5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

5.1. A contratação será realizada por item, visando ampliar a competitividade e permitir a contratação parcelada, conforme a viabilidade técnica e econômica.

5.2. Não se aplica o art. 48, inciso III, da LC nº 123/2006, em razão da inviabilidade técnica e econômica da subcontratação diante da natureza integrada do objeto. Nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, foi analisada a possibilidade de aplicação de cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte. Contudo, optou-se pela não aplicação da referida cota, tendo em vista as características do objeto, que exige padronização técnica, uniformidade dos equipamentos.

5.3. A divisão do objeto em cotas poderia comprometer a padronização dos equipamentos utilizados pelos agentes da área da saúde Municipal, além de dificultar a gestão contratual, a fiscalização, o controle de qualidade e a rastreabilidade dos materiais, fatores essenciais para garantir a segurança dos usuários e a eficiência operacional.

5.4. Dessa forma, a não aplicação da cota reservada mostra-se medida tecnicamente justificada, visando resguardar o interesse público e a adequada execução do objeto contratado

#### **6. CONDIÇÕES DE ENTREGA, LOCAIS DE RECEBIMENTO/EXECUÇÃO**

6.1. O transporte e a entrega dos equipamentos são de responsabilidade da Contratada, nas condições descritas neste Termo de Referência, devendo a entrega ser realizada em local a ser indicado pela Secretaria de Saúde, localizada Rua Amador Bueno, 871 – Jd. Piratininga - Osasco/SP, de segunda a sexta-feira, das 9h às 16h, em dias úteis, mediante agendamento prévio pelo telefone (11) 3686-6835 com Sr. Ulisses – E-Mail [almoxarifadopmo@gmail.com](mailto:almoxarifadopmo@gmail.com)

6.2. Os equipamentos deverão ser entregues em até 30 dias corridos após a assinatura da Autorização de Fornecimento AF.



6.3. Nos termos do art. 140, inciso II, alíneas a e b, da Lei nº 14.133/2021, os objetos desta aquisição serão recebidos da seguinte forma:

6.3.1. **Provisoriamente**, em até 10 (dez) dias corridos, contados da assinatura da Autorização de Fornecimento.

6.3.2. O recebimento provisório de que trata o item anterior se dará por servidor responsável pelo acompanhamento e gestão indicados pela Secretaria de Saúde, designados formalmente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3.3. **Definitivamente**, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e características do objeto e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4. Caso no ato do recebimento provisório estejam atendidas as condições, os requisitos e as especificações em conformidade com o Termo de Referência e a proposta, a Comissão poderá, a seu juízo, emitir também o Termo de Recebimento Definitivo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.6. Fica assegurado à Contratante o direito de rejeitar os equipamentos entregues em desacordo com as especificações e condições do Termo de Referência, do Edital e do instrumento contratual, ficando a Contratada obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares no prazo de 20 (vinte) dias corridos, após notificação.

6.7. Caso a substituição/reparação não ocorra no prazo determinado, estará a Contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas no Edital.

6.8. O aceite dos equipamentos pela Contratante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor pelos vícios de quantidade e qualidade dos bens ou disparidades com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, verificadas posteriormente ao recebimento definitivo.

6.9. A Contratada será responsabilizada por todas as despesas que porventura incidam sobre a guarda, transporte e zelo do bem até a sua efetiva entrega.

## 7. DA GESTÃO

7.1. **Titular: Arnaldo Luiz Barboza – matrícula: 187.817**

7.2. **Suplente: Cesar Viola de Castro – Matrícula: 304.392**

## 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 São obrigações da Contratante:

8.1.1 Comunicar toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos recebidos;

8.1.2 Efetuar o pagamento de acordo com a forma estipulada na licitação;

8.1.3 Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos itens, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, formalizando à Contratada as falhas verificadas;

8.1.4 Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto recebido fora das especificações;



- 8.1.5 Observar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.6 Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- 8.1.7 Prestar à Contratada informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- 8.1.8 Avaliar se os bens comuns contratados atendem aos padrões de desempenho e qualidade definidos objetivamente pelas especificações deste Termo de Referência e pela proposta ministerial.

## **9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1 São obrigações da Contratada:

- 9.1.1 Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidades e prazos do edital e do presente instrumento, bem como nos termos da sua proposta;
- 9.1.2 Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e comerciais;
- 9.1.3 Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à Contratante e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo;
- 9.1.4 Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução em desacordo com o pactuado;
- 9.1.5 A execução do objeto deverá ocorrer por meios próprios da contratada, vedada a subcontratação não prevista em edital.

## **10 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA / ECONÔMICA / FINANCEIRA**

10.1 A verificação da conformidade se dará por meio de catálogo, ficha técnica ou documento equivalente da licitante, a ser analisado pela equipe técnica, que se manifestará favorável ou desfavoravelmente conforme as especificações deste Termo de Referência, sem prejuízo das exigências editalícias cabíveis.

### **10.2 Equipe Técnica**

<b>Nome</b>	<b>Matrícula</b>	<b>Email</b>
Mayla Pereira Dono	174.240	<a href="mailto:Diretoriaenfermagem.hmaa.ss@osasco.sp.gov.br">Diretoriaenfermagem.hmaa.ss@osasco.sp.gov.br</a>
Renata Dutra Jorge	195.381	<a href="mailto:Renata.ss@osasco.sp.gov.br">Renata.ss@osasco.sp.gov.br</a>
Jorge Luis Pontes Namen	91.088	<a href="mailto:diretoriaclinicahmaa.ss@osasco.sp.gov.br">diretoriaclinicahmaa.ss@osasco.sp.gov.br</a>

10.3 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias da data de abertura

## **11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

11.1. O prazo de pagamento será de 29 (vinte e nove) dias corridos, contados da data do ateste da Nota Fiscal/Fatura emitida pela Contratada.

11.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura o número do Processo Administrativo 1.028/2024, o número do Pregão, o número da Autorização de Fornecimento e os dados bancários para pagamento.

11.3. As Notas Fiscais/Faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de pagamento começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura sem incorreções.

## **12. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO/ANÁLISE DE RISCO**

### **12.1. Participação de Pessoa Jurídica em Consórcio**

12.1.1. Veda-se a participação de empresas em consórcio em razão da natureza comum e divisível do objeto, para o qual há ampla oferta de fornecedores no mercado.

### **12.2. Análise de Riscos.**

12.2.1. Quanto à análise de risco, não se vislumbra necessidade de matriz específica além dos controles ordinários de fiscalização contratual, por se tratar de aquisição rotineira de bens permanentes padronizados.

12.2.2. A subcontratação apenas se mostra cabível quando o objeto a ser licitado comporta execução complexa, de modo que alguma fase/ etapa/ aspecto requeira a participação de terceiros em razão dos princípios da especialização e da concentração das atividades, o que não é o caso. Por essa razão, resta vedada a subcontratação, ainda que parcial.

## **13. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

13.1. As partes devem cumprir integralmente as disposições que regulamentam o tratamento de dados pessoais, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e com o Decreto Municipal nº 13.637/2022 e alterações.

13.2. Os dados pessoais serão utilizados exclusivamente para as finalidades descritas no contrato oriundo da ata de registro de preço e devem atender as determinações previstas na legislação , exceto quando houver consentimento do titular, respeitados os dispositivos legais, para utilização diversa ou em conformidade outra base legal aplicável.

13.3. As partes devem assegurar a implementação de medidas adequadas de proteção de dados, conforme determinado pela legislação vigente.

13.4. A Contratante se reserva o direito de realizar auditorias para verificar o cumprimento das disposições legais.

13.5. O descumprimento das disposições estabelecidas nesta cláusula e nos demais dispositivos legais poderá resultar na rescisão contratual, além de outras responsabilidades cabíveis.

**ANEXO II**  
**MODELO – PROPOSTA DE PREÇOS**

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

À

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**

**SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**REF.: PROPOSTA DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO: 90.036/2026**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA O HOSPITAL E MATERNIDADE AMADOR AGUIAR – HMAA.**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_ n.º \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, telefone n.º \_\_\_\_-\_\_\_\_, fax n.º \_\_\_\_-\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal \_\_\_\_\_ portador(a) do RG n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, apresenta proposta para Aquisição de mobiliário e equipamentos para o Hospital e Maternidade Amador Aguiar – HMAA sem prejuízo de nenhuma disposição do Edital e demais Anexos, conforme segue:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	MARCA	MODELO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1						
PREÇO TOTAL DO ITEM						(R\$)
Preço Total por extenso:						

- Prazo de **validade** da proposta, não inferior a **90** (noventa) **dias**, a contar da data de sua apresentação, podendo ser prorrogado por acordo das partes;
- Prazo de entrega: O objeto desta licitação deverá ser entregue em até **30** (trinta) **dias corridos**, contados da data da assinatura/retirada da **Autorização de Fornecimento** pela Detentora.
- Condições de pagamento, conforme **item 12** do edital.
- Declaro, sob as penas da Lei, que os produtos ofertados atendem todas as especificações exigidas no **Anexo I – Termo de Referência**.
- Declaro, sob as penas da Lei, que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado.
- Declaro, sob as penas da Lei, de que **cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Declaro, sob as penas da Lei, de que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

➤ **Dados bancários:**

- ✓ Banco:
- ✓ Agência:
- ✓ Conta Corrente:
- ✓ Contato:
- ✓ Telefone/ramal:

Local, .....de .....de 2026.

\_\_\_\_\_  
(Nome, RG, Função ou Cargo e Assinatura do representante Legal ou Procurador)

**ANEXO III**

**MODELO DECLARAÇÕES PARA ATENDIMENTO AO ART. 4º DA LEI FEDERAL 14.133/2021**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

**À**

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**

**SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA O HOSPITAL E MATERNIDADE  
AMADOR AGUIAR - HMAA**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_  
n.º \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, telefone n.º \_\_\_\_-\_\_\_\_, fax n.º \_\_\_\_-\_\_\_\_, e-  
mail \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal \_\_\_\_\_ portador(a) do RG n.º \_\_\_\_\_ e  
do CPF n.º \_\_\_\_\_, **DECLARA** sob as penas da Lei, que:

No ano-calendário da realização da presente licitação, os contratos celebrados com a  
Administração Pública, cujos valores foram somados, não extrapolam a receita bruta máxima admitida  
para fins de enquadramento como microempresa e/ou empresa de pequeno porte, conforme Decreto  
Municipal 13.877/2023, art. 2º, §2º.

Local, ..... de ..... de 2026.

(Nome, RG, Função ou Cargo e Assinatura do representante Legal ou Procurador)

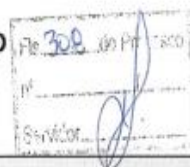


**ANEXO IV**

**RESERVA ORÇAMENTÁRIA - CONFORME ART. 34, § 1º, INCISO V, DO DECRETO MUNICIPAL  
13.877/2023.**



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**  
AV. LÁZARO DE MELLO BRANDÃO, 300 - CNPJ: 46.523.171/0001-04  
Osasco SP 1136529000



**NOTA DE RESERVA**

01.00.000.00 - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO  
01.09.000.00 - SECRETARIA DA SAÚDE  
01.09.006.00 - HOSPITAL E MATERNIDADE AMADOR AGUIAR

Reserva						
Centro de Custo			Evento 09.0026 - Mobiliários		Número 5645	Folha 1
Data 01/04/2026	Requisição 10200421	Processo 1028/2024-NIPA	Integrado SIM	Documento		

Dotação		Nº Reduzido		Classificação Funcional	
Natureza da Despesa		1467		10.302.0015.1.002 - Reforma e Ampliação de Unidades	
4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				Sub Elemento da Despesa	
Vínculo				34 - MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	
05.800.0019 - EMENDA FIN - 202341300001- SAMIA BOMFIM					
Item da Despesa					
000 - Não discriminado					

Domicílio Bancário				
Descrição	Nº	Banco	Agência	Conta
9017 - 05.800.0019 - BB FMS INVESTIMENTO SUS	90172	1	637-8	102641-0

Convênio				
Nº	Banco	Agência	Conta	

Credor				
Razão Social / Fornecedor		CPF / CNPJ		
Endereço		Cidade		Telefone

Valores				
Dotação Autorizada	Reservada Anterior	Reserva	Saldo Atual	
250.907,00	0,00	215.234,08	35.672,92	

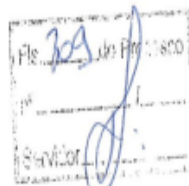
Histórico				
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Total
1	1	1	Reserva originária da requisição 10200421	215.234,08
			Aquisição de Equipamentos e materiais permanentes para Unidade especializada em Saúde - Deputada Sâmia Bomfim	215.234,08
Total				215.234,08

Por Extenso	
***Duzentos e Quinze Mil e Duzentos e Trinta e Quatro Reais e Oito Centavos***	

Eliane Mendes Alves



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**  
AV. LÁZARO DE MELLO BRANDÃO, 300 - CNPJ: 46.523.171/0001-04  
Osasco SP 1136529000



## NOTA DE RESERVA

01.00.000.00 - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO  
01.09.000.00 - SECRETARIA DA SAÚDE  
01.09.006.00 - HOSPITAL E MATERNIDADE AMADOR AGUIAR

<b>Reserva</b>			<b>Evento</b>		<b>Número</b>	<b>Folha</b>
Centro de Custo			09.0026 - Mobiliários		<b>5646</b>	<b>1</b>
<b>Data</b>	<b>Requisição</b>	<b>Processo</b>	<b>Integrado</b>	<b>Documento</b>		
01/04/2026	10200421	1028/2024-NIPA	SIM			

<b>Dotação</b>		<b>Nº Reduzido</b>	<b>Classificação Funcional</b>
Natureza da Despesa		1467	10.302.0015.1.002 - Reforma e Ampliação de Unidades
4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			Sub Elemento da Despesa
Vínculo			42 - MOBILIÁRIO EM GERAL
05.800.0019 - EMENDA FIN - 202341300001- SAMIA BOMFIM			
Item da Despesa			
000 - Não discriminado			

<b>Domicílio Bancário</b>				
<b>Descrição</b>	<b>Nº</b>	<b>Banco</b>	<b>Agência</b>	<b>Conta</b>
9017 - 05.800.0019 - BB FMS INVESTIMENTO SUS	90172	1	637-8	102641-0

<b>Convênio</b>			
<b>Nº</b>	<b>Banco</b>	<b>Agência</b>	<b>Conta</b>

<b>Credor</b>		<b>CPF / CNPJ</b>
Razão Social / Fornecedor		
Endereço		Cidade Telefone

<b>Valores</b>			
<b>Dotação Autorizada</b>	<b>Reservado Anterior</b>	<b>Reserva</b>	<b>Saldo Atual</b>
250.907,00	215.234,08	19.271,07	16.401,85

<b>Histórico</b>				
<b>Item</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor Total</b>
1	1	1	Reserva originária da requisição 10200421	19.271,07
			Aquisição de Equipamentos e materiais permanentes para Unidade especializada em Saúde - Deputada Sâmia Bomfim	
			<b>Total</b>	<b>19.271,07</b>

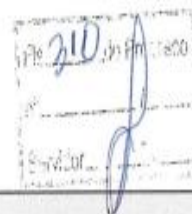
<b>Por Extenso</b>	
***Dezenove Mil e Duzentos e Setenta e Um Reais e Sete Centavos***	

Eliane Mendes Alves





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**  
AV. LÁZARO DE MELLO BRANDÃO, 300 - CNPJ: 46.523.171/0001-04  
Osasco SP 1136529000



## NOTA DE RESERVA

01.00.000.00 - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO  
01.09.000.00 - SECRETARIA DA SAÚDE  
01.09.006.00 - HOSPITAL E MATERNIDADE AMADOR AGUIAR

Reserva					
Centro de Custo			Evento 09.0026 - Mobiliários	Número <b>5647</b>	Folha 1
Data <b>01/04/2026</b>	Requisição 10200421	Processo <b>1028/2024-NIPA</b>	Integrado SIM	Documento	

Dotação	
Natureza da Despesa	Nm Reduzida
4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1467
Classificação Funcional	
10.302.0015.1.002 - Reforma e Ampliação de Unidades	
Vinculo	Sub Elemento da Despesa
05.800.0019 - EMENDA FIN - 202341300001- SAMIA BOMFIM	99 - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
Item da Despesa	
001 - Não Discriminado	

Domicílio Bancário				
Descrição	Nº	Banco	Agência	Conta
9017 - 05.800.0019 - BB FMS INVESTIMENTO SUS	90172	1	637-8	102641-0

Convênio			
Nº	Banco	Agência	Conta

Credor	
Razão Social / Fornecedor	CPF / CNPJ
Endereço	Cidade Telefone

Valores			
Dotação Autorizada	Reservado Anterior	Reserva	Saldo Atual
250.907,00	234.505,15	6.270,25	10.131,60

Histórico			
Item	Quantidade	Unidade	Descrição
1	1	1	Reserva originária da requisição 10200421
			Aquisição de balde a pedal, balde/lixeira e caixa térmica para unidade de saúde especializada - Deputada Sâmia Bomfim
			Valor Unitário
			6.270,25
			Valor Total
			6.270,25
			Total
			6.270,25

Por Extenso	
***Seis Mil e Duzentos e Setenta Reais e Vinte e Cinco Centavos***	

Juliane Francisca da Mota